

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nº _____ / 2017

(Do Sr. Deputado LEO DE BRITO)

Sr. Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a **realização de reunião de audiência pública** com o tema:

“O Orçamento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e os desafios do acesso, da expansão e da qualidade”.

Com a presença das seguintes instituições convidadas:

1. Presidência do Conif
2. Diretoria Administrativa do Conif
3. Ministério da Educação
4. Fórum Nacional de Educação
5. Conselho Nacional de Educação
6. Representante do Sindicato dos Professores de Instituições Federais de Ensino Superior e Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes)

JUSTIFICAÇÃO

Após mais de uma década de forte expansão da Rede Federal de Educação, superior, profissional e tecnológica, os resultados em termos de democratização de acesso e de oportunidades educacionais são inegáveis. Marco importante para a retomada e fortalecimento da Rede foi a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sancionada pelo Presidente Lula, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Rede Federal, na última década, duplicou a quantidade de alunos e ampliou em um terço o número de *campi*. Foram criadas e ampliadas unidades de forma continuada e o orçamento para as instituições públicas de educação expandido. Foram construídas mais de 500 novas unidades, em cerca de uma década, mais do que fora construído em todo o século, até 2002.

Em direção convergente à necessária expansão, o Plano Nacional de Educação, aprovado por este Congresso Nacional, após amplo debate, demarcou metas estruturantes para a Política de EPT, especialmente pela via das metas 10 e 11, que precisam ser cumpridas.

Infelizmente, em direção oposta ao processo de expansão, já por ocasião da apresentação da PLOA 2017 pelo Governo Temer, diminuta em relação às reais necessidades apresentadas pelos Institutos, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), editou nota pública *“Orçamento 2017 põe em risco funcionamento das instituições da Rede Federal”*, em que já expressava as *“sérias dificuldades para garantir a oferta de vagas em 2017 e chegar ao fim do próximo ano em atividade”*, nos termos propostos pelo Governo na oportunidade.

Período	Nº de <i>campi</i>	Matrículas	Total LOA/ Custeio (R\$)
2012	408	487.930	1.709.997.678,00
2013	415	619.784	1.999.268.784,00
2014	415	673.602	2.363.732.614,00
2015	582	756.101	2.809.060.892,00
2016	564	846.710	2.545.528.760,00
2017	606	878.682	2.188.537.801,00

Fonte: Conif

A demanda dos Institutos, apresentada ainda em 2016, era de cerca de 3,7 bilhões, ajustada à realidade e fundamental para a manutenção das matrículas e das atividades. Contudo, já na proposição inicial, a proposição do governo Temer estava bem aquém do necessário, conforme se percebe do quadro acima, com projeção menor do que aquela do ano anterior e menor do que a apresentada pelos Institutos.

Mais recentemente foi editado o Decreto que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício 2017 e anunciadas restrições no orçamento em relação às despesas discricionárias da função educação. Dados preliminares indicam para uma retração de mais de R\$ 5 bilhões nas despesas discricionárias. Especula-se que o impacto das restrições orçamentárias sobre os institutos poderá chegar à quase R\$ 1 bilhão de reais, em uma redução que se aproxima das cifras dos 50% de retração em relação ao necessário, o que impactará de forma muito particular, mas, igualmente forte, o funcionamento das instituições. Assim, várias instituições estão indicando que as condições para assegurar a manutenção de suas atividades, inclusive as mais básicas (como pagamento de pessoal, água e luz, entre outras) estão já fortemente comprometidas.

Na audiência pública, além das questões acima, será importante discutir, também, como os cortes orçamentários impactarão o quadro de prioridades que compõem o Plano Anual de Trabalho de cada instituto, além de avaliar os aspectos relativos ao comportamento das chamadas verbas de custeio e capital e suas

consequências no crescimento do número de matrículas e na consolidação de novas unidades.

Pretendemos, pela via da audiência pública, esclarecer a forma como os cortes orçamentários estão comprometendo ações estratégicas para o desenvolvimento do país. Temos forte expectativa de que a audiência proposta possa redundar em medidas concretas voltadas à preservação dos recursos destinados às instituições federais de ensino, cerca de 40 instituições em mais de 600 unidades que vêm, em todo o país, emprestando enorme contribuição à escolarização, à formação humana e à profissionalização de jovens, colaborando decisivamente para o desenvolvimento e crescimento do país. Tais Institutos precisam ter seu funcionamento preservado e tal é o motivo principal para a realização da Audiência.

Para tanto, é fundamental que as discussões contem com a participação de representantes do Conif, instância de discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação, além das instâncias responsáveis pelo monitoramento e avaliação do PNE, instrumento estratégico para o país e que demarca importantes metas e estratégias relativas à educação profissional, científica e tecnológica.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2017

LEO DE BRITO – PT/AC